

F
633.77
A865

ARAMIS ATHAYDE

DEBATES EM TÔRNO
DO
PROBLEMA ERVATEIRO

Discurso proferido na sessão de
3 de Julho de 1951, na Câmara
dos Deputados

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1951

NOTA PRÉVIA

À economia ervateira, que concentra os interesses dos produtores cooperativados, industriais e comerciantes, em face da moderna organização do Estado, não pode prescindir de um órgão de controle, a fim de lhe garantir o equilíbrio entre a produção e o consumo, a estabilidade de preços, o aumento da exportação, o menor custo de transporte e o aperfeiçoamento e uniformidade do produto.

Não obstante êsses motivos econômicos e apesar de ser o fôlex sustentáculo de uma laboriosa e vasta coletividade, foi apresentado um projeto de lei, que vai transcrito em anexo, visando a extinção do Instituto Nacional do Mate.

Contrapondo-se ao projeto em causa, cuja aprovação seria de efeito tumultuário e nocivo a êsse importante aspecto da vida nacional, fêz uso da palavra, na Câmara dos Deputados, em sua sessão de 31 de julho do corrente ano, o Deputado Aramis Athayde, que justificou a necessidade imperativa de ser mantida aquela Autarquia, admitindo, contudo, a sua reestruturação, no sentido de torná-la mais aparelhada e eficiente.

E' óbvio dizer que os vitais problemas do Mate estão a exigir maior amparo do Poder Público, através de medidas que garantam o financiamento da produção e a conquista de novos centros consumidores, sob a base de melhor entrosagem e harmonização das respectivas classes obreiras.

Para conhecimento dos que mourejam nesse setor de trabalho, vão aqui publicados, na íntegra, os debates havidos sôbre o magno assunto.

Faz-se mister, entretanto, salientar que o Deputado Aramis Athayde tem sido incansável defensor do Mate, principalmente das suas cooperativas, atuação essa que tanto recomenda o desempenho do seu mandato, na qualidade de representante do Paraná.

I. N. M.

BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F435	19/11/62

1093 14
2 865

DISCURSO DO DEPUTADO SR. ARAMIS ATHAYDE, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 3 DE JULHO DE 1951

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Sr. Presidente, na qualidade de representante do Paraná, que se inclui entre os principais Estados ervateiros, venho, hoje, a esta tribuna, valendo-me da oportunidade que V. Ex.^a me concedeu, no horário do pequeno expediente, a fim de tecer comentários e opor embargos e restrições ao projeto n.º 915, de autoria do ilustre Deputado sulriograndense, Sr. Hermes de Souza, referente à extinção do Instituto Nacional do Mate.

Quando esse projeto, numa das últimas sessões, constou da Ordem do Dia, para efeito de discussão preliminar, o nobre Deputado Tenório Cavalcanti, também autor de um pedido de informações àquela autarquia, exercitando o seu direito de crítica, fez alusões severas à sua suprema direção, tendo por base os esclarecimentos prestados à Câmara, com os quais não se deu por satisfeito.

No debate da matéria, em momento oportuno, interveio o meu ilustre companheiro de bancada, Sr. Parailio Borba, para dizer que a atual Diretoria do Instituto Nacional do Mate se compunha de elementos da maior confiança, porque dignos e capazes do exercício da honrosa missão que lhes foi atribuída pelo Sr. Presidente da República.

Neste particular, cumpre-me declarar, também, que, desde o seu Presidente, — Sr. Taborá Júnior, aos demais Diretores, — Srs. Cândido Mäder e Gil Soares, são homens idôneos, esclarecidos e operosos, aptos, portanto, a conduzir a economia ervateira aos seus melhores destinos.

O Sr. Aral Moreira — De fato, a nova Diretoria constitui ainda esperança para a classe produtora, porquanto as anteriores não correspon-

deram à expectativa. Tanto assim que aquelas referências que fiz são alusivas ao Primeiro Presidente do Instituto Nacional do Mate, e não ao atual. Assim, vou dar um crédito de confiança à nova Diretoria, na certeza de que procurara defender a classe produtora e evitar a exploração, como até agora tem sucedido, por parte dos intermediários.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — O nobre gesto de V. Ex.^a merece aplausos.

O Sr. Plácido Olimpio — Peço, também, ao nobre orador me conceder permissão para declarar que a bancada catarinense nutre a mesma confiança na atual Diretoria do Instituto do Mate. Aliás, este sentimento já foi manifestado quando de sua nomeação.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Penhora-me, sobremodó, a espontânea e sincera declaração de V. Ex.^a.

O Sr. Arthur Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Com muito prazer.

O Sr. Arthur Santos — Estou de acordo com os meus ilustres colegas, na expectativa com que acolhem a nomeação dos novos Diretores do I. N. M. Infelizmente, porém, o mal é institucional. Essa entidade não correspondeu, absolutamente, às finalidades para que foi criada. Após sua criação, diminuíram de maneira impressionante, nossos mercados no Rio da Prata. Assim, o objetivo mais alto da conquista de mercados, não chegou a ser atingido. Hoje, o Instituto do Mate é uma repartição burocrática. Acredito, pois, que só através de reforma bastante profunda, de substância, será possível esperar ação benfazeja dessa autarquia.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Permitto-me dizer que não responsabilizo nem a atual Diretoria, nem as anteriores, pelo êxito pouco apreciável, segundo afirma V. Ex.^a, do I. N. M., que sempre lutou com enormes dificuldades financeiras para cumprir os seus objetivos. Entendo que o principal fator, a que V. Ex.^a se refere, seja, principalmente, o cultivo da erva mate no Território das Missões, que está tornando a Argentina auto-suficiente. Esse episódio econômico, de interesse exclusivo da Nação vizinha, não depende, e não dependeu, portanto, das direções da autarquia em causa.

O Sr. Arthur Santos — Neste ponto divirjo de V. Ex.^a. Dependeu bastante, porque foi a ação errada do Instituto do Mate que permitiu fizesse a Argentina plantações artificiais, nas Missões, e concorresse com os mercados brasileiros, cuja produção era suficiente.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — O Instituto do Mate foi fundado em 1938, e a cultura do Ilex, na Argentina, data quase de quarenta anos.

O Sr. Arthur Santos — Não era suficiente para as necessidades do seu mercado. Hoje, entretanto, a Argentina já exporta mate.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Os argumentos de V. Ex.^a não me convencem. É-me impossível concordar com V. Ex.^a diante do conflito de datas, existente. Entre o início do plantio do mate, nas Missões, e a época da criação do Instituto, há uma enorme diferença de tempo. Acredito mesmo que se o Instituto existisse naquela fase, a Argentina não se disporia a empreender a sua onerosa e pertinaz plantação de mate. Não obstante, devo dizer-lhe que dou o melhor apêço aos seus apertes, em razão dos reconhecidos méritos de V. Ex.^a.

O Sr. Aral Moreira — Conheço o Instituto do Mate, desde a sua fundação. Não há defesa. Tudo fiz para que melhorasse ...

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Muito bem. V. Ex.^a é um técnico. É profundo conhecedor do problema do mate, pois tem participado, com brilho, como representante de Mato Grosso, da Junta Deliberativa do Instituto.

O Sr. Aral Moreira — ... mas não houve esforço suficiente. Eles não atendiam, não ligavam, não se interessavam pelo destino do mate, mas apenas por outras coisas muito diferentes.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Sr. Presidente, o projeto n.º 915, ora em cartaz, que propõe a extinção do Instituto Nacional do Mate, se não merece aprovação, mas antes frontal oposição, possibilita, todavia, oportunidade para o debate do problema. E outra não é a conclusão do nobre Deputado Plácido Olímpio, quando, judiciosamente, apontou a contra-indicação da extinção do Instituto, autarquia que, uma vez dotada do financiamento de que necessita, e convenientemente reaparelhada, terá condições de se converter num instrumento eficaz de amparo dêsse importante setor da produção brasileira.

O Sr. Fernando Ferrari — Muito bem.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — De minha parte, quer parecer-me que a extinção, pura e simples, dêsse órgão, teria sentido tumultuário e nocivo à economia ervateira, pois ainda perduram os imperativos que determinaram a sua criação: a necessidade de um instrumento estatal, de vigilância e contróle, da produção e do comércio, de um valor econômico de alta significação, e do qual são dependentes milhares de pessoas, disseminadas por quatro Estados da Federação. Bastaria a atuação do I. N. M. no sentido de ser o mais aproximadamente possível, mantido o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, e a sua intervenção no tabelamento de preços, para se tornar justificada a sua manutenção. Evidentemente, há no problema ervateiro aspectos de importância fundamental que, contudo, não podem ser atendidos, de pronto, com os precários recursos extraídos de uma economia pobre, como é a do mate. Entre aqueles recursos, cuja solução exige prioridade, se inclui o financiamento da produção, para que maior margem de remuneração possa ser atribuída ao produtor, impedindo que este, assim desestimado, enverede por outras atividades mais lucrativas.

Outro aspecto de não menor relevô, é, certamente, o da expansão do mate, mediante a conquista de novos mercados através de uma propaganda inteligente e eficaz. Os chamados

mercados tradicionais, ou já estão praticamente emancipados da produção brasileira, ou já têm limitada a sua capacidade de absorção. Mas a introdução do mate, num mercado, como o norte-americano, só poderá ter êxito a custa de largos esforços. E somente um órgão especializado, como é o I. N. M., poderá supervisionar a sua programação, com a certeza de vitória.

Não estarei de acôrdo, pelas razões expostas, que se procure incriminar a atual Diretoria do Instituto, bem como as anteriores, pelos complexos episódios que envolvem a economia ervateira.

O Sr. Hermes de Souza — Pelo que noto da brilhante exposição que faz, V. Ex.^a entende que o Instituto deve ser mantido, condicionado, entretanto, a uma reestruturação.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Exatamente.

O Sr. Hermes de Souza — Perguntaria a V. Ex.^a que beneficios o I. N. M., nos doze anos de sua existência, proporcionou aos produtores, aos industriais e aos comerciantes da erva-mate. Perguntaria, ainda, se, nos doze anos de vida daquele Instituto, a produção e o consumo da erva, no Brasil, aumentaram ou diminuíram.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Respondo a V. Ex.^a, declarando que a ação do Instituto, no setor em que V. Ex.^a me argüi, reside, precisamente, no equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, no estabelecimento de cotas exportáveis, na uniformidade do produto, e na estabilidade de preços. A prova está, Sr. Deputado, que, no Paraná, e do mesmo modo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Mato Grosso, depois da fundação do Instituto, se evidenciou a manutenção do comércio ervateiro, sem mais as costumadas falências, tão comuns aos períodos de crise, continuando, uma regular produção de mate, ainda que sob a consequência dos ervais argentinos.

O Sr. Hermes de Souza — Lamento discordar de V. Ex.^a, mas o que o Instituto Nacional do Mate fez, durante a sua existência, foi transformar-se num viveiro de funcionários, à custa dos produtores, dos negociantes e dos industriais do mate. Como sabe V. Ex.^a, esse é um dos generos

mais gravados no país. Os produtores são obrigados a contribuir com pesadas taxas, inclusive pagando três cruzeiros por arroba de mate industrializado, apenas para manter funcionários que nada devolvem em retribuição aos produtores e industriais.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Ora, o projeto que V. Ex.^a apresentou não exclui o gravame da sobrecarga burocrática, porque é V. Ex.^a mesmo que propõe, ei. seu art. 2.º, a redistribuição do funcionalismo da autarquia a ser extinta "nos serviços de outros órgãos federais".

(O Sr. Firman Neto, bem como outros Deputados, entre os quais os Srs. Flácido Olímpio, Paratho Borba, Rocha Loures quase no mesmo tempo, solicitam apertes ao orador).

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Lamento esteja a extinguir-se o tempo que me resta, pois faltam apenas quatro minutos, motivo por que lhes pediria que não me apartassem. Preciso ultimar a minha exposição. E assim, Sr. Presidente, apelo para V. Ex.^a, no sentido de me ser assegurada a palavra, nestes últimos instantes de que disponho.

O SR. PRESIDENTE — Peço aos Srs. Deputados não mais apartem o orador, porque o seu tempo está a findar-se.

O SR. ARAMIS ATHAYDE — Completando meu pensamento, quero ainda aduzir razões que justificam o ponto de vista que adoto, contrário à extinção do I. N. M.

Não é plausível a extinção do Instituto Nacional do Mate, visto como se impõe um órgão especializado, que promova o aperfeiçoamento da respectiva industria. Só um órgão como o I. N. M. podera desempenhar-se dêsse complexo cometimento. A industria ervateira caminha para a sua modernização. Soques e monjolos, instrumentos da velha rotina, já estão sendo eliminados, paulatinamente, na forma estabelecida pela Resolução 313, de novembro de 1950. E essa adaptação já está sendo executada no Rio Grande do Sul, pela Delegacia do I. N. M. Não creio que a atual Diretoria se tenha desinteressado pela remodelação industrial do mate. Sei que ela está empenhada nos seus aperfeiçoamentos, dentro das possibilidades de que pode dispor. E assim que a construção do maior engenho de beneficiamento da terra

gaúcha, pertencente à Federação das Cooperativas de Produtores, vem sendo orientada e assistida pelo Sr. Guilherme Salusse, ex-Diretor Regional do Instituto posto a disposição daquela entidade, pela atual administração.

Não procede o pedido de extinção do I. N. M., porque o equilíbrio estatístico de um produto de baixo custo, e dependente das solicitações de mercados externos, só poderá ser mantido por intermédio de um setor público de previsão e controle, orientando e harmonizando as partes interessadas. A exportação do mate, diretamente, pelas Federações de Cooperativas, só alcançou êxito depois que foi criado o Instituto Nacional do Mate.

Essa economia teria ficado completamente desbaratada se não tivesse ocorrido a criação providencial do I. N. M., justamente quando mais se fazia sentir, em nosso meio ervateiro, a redução brusca do mercado argentino, que atingia dramaticamente os alicerces da economia do mate.

Não se justifica, igualmente, a extinção proposta, porque é impossível o problema ervateiro ser resolvido pelas partes interessadas, sem um órgão que estabeleça controle e preço da produção, a fim de que os produtores não sejam explorados pela ganância dos intermediários, como antes sucedia, lamentavelmente.

O barateamento do custo da produção, para que o produtor extraia do seu trabalho uma maior margem de remuneração, só poderá ser levado a bom termo por uma entidade especializada, que proceda a sua organização. A construção de barbaquás coletivos, o adensamento dos ervais e as conseqüentes providências para o menor custeio dos transportes, são iniciativas que estão nas cogitações da atual Direção do I. N. M. É óbvio que, sem os necessários recursos e apoio integral do Governo, nada de extraordinário será possível esperar do I. N. M., não obstante a sua boa vontade de trabalhar para o bem comum da economia do mate, na esperança de melhor equipamento e expansão, reanimando os antigos mercados e buscando novos núcleos de consumo, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Sem elementos para pôr em prática um moderno programa de ação, de que servirá uma propaganda teórica? O Instituto Nacio-

nal do Mate é uma organização que não deve, de modo nenhum, ser extinta. Impõe-se unicamente a sua reestruturação. Tem funcionários capazes, conselhos de seus deveres e responsabilidades. Nada lhe falta para corresponder às melhores expectativas, a não ser os recursos por que anseia.

O Ilex, que tanto despertou a atenção científica de *Saint Hilaire* e de *Martius*, por certo constitui a maior riqueza vegetal dos Estados meridionais, merecendo, no que diz respeito ao Paraná, as constantes preocupações de antigos governantes, salientando-se entre eles o então Presidente Munhoz da Rocha que, em memorável documento oficial, disse que o mate era "o grande bem do Paraná, a coluna de ouro do seu valor econômico".

O porte esguio e frondoso da árvore do mate abriga para mais de cem mil trabalhadores, que se agitam à sua sombra e dele vivem, esperançosamente, confiantes num futuro melhor. É uma faina de tradição, já tão cheia de anedotário e de lendas e que consubstancia uma coletividade social, que vem pleiteando um maior amparo dos poderes públicos.

Finalmente, cumpre-me lembrar à Câmara que, nos episódios da discussão e votação do Plano Salte, a economia ervateira foi contemplada pelo Poder Executivo, por efeito de trabalho elaborado por uma equipe interpartidária. Naquele ensejo, foi previsto ponderar, auxílio para a reabilitação e sistematização do mate, através de créditos para o seu melhor aparelhamento e possibilidades para a conquista de novos mercados de consumo, dentro e fora do país.

Foi assim que, ao lado de Dolor de Andrade, brilhante representante de Mato Grosso, tratei, nesta mesma tribuna, dos vitais interesses dos produtores de mate, das suas cooperativas que tão benéficos serviços vem prestando a uma comunidade, com notória projeção na economia nacional.

A moderna organização do Estado cumpre assistir e proteger os produtos de base, como é o mate, motivo por que não se justificaria a extinção do seu órgão controlador, da mesma forma por que não se justificaria que o café, que tem atravessado crises das mais difíceis, não contasse com o apoio do Poder Público.

Recentemente, o Sr. Presidente da República, movido pela sua clarividência administrativa, restabeleceu a autarquia do café, sob o nome de Instituto Nacional do Café, para que este produto se mantenha isento de colapsos desastrosos. O mesmo vem sucedendo com o açúcar e o álcool, o arroz e o cacau, além de outras utilidades básicas, inclusive o sal.

Eis por que venho apelar para o Exmo. Sr. Presidente da República,

no sentido de ser incorporado ao Orçamento dêste ano, ainda em fase de discussão, o auxílio destinado ao mate, e que fôra consignado no Plano Salte, a fim de amparar, de modo decisivo, essa economia fundamental, que viveu em nossa história um período áureo, e que não pode prescindir, absolutamente, da maior atenção dos homens públicos do país. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*.

1951

1951

Illegible text

Illegible text

Illegible text

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951